

PULE E ISF: AÇÕES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS UNIVERSITÁRIAS EM CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO **ACADÊMICA**

Camila Souza de Andrade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Telma Cristina

de Almeida Silva Pereira

Mestranda

RESUMO: No contexto de globalização e de internacionalização do ensino superior, em que cada vez mais estamos em contato com outras línguas e culturas além das fronteiras, ter competência comunicativa em línguas estrangeiras se tornou essencial. No Brasil, as políticas linguísticas vigentes reconhecem a importância da aprendizagem das línguas estrangeiras. Contudo, o ensino de línguas no espaço escolar nem sempre ocorre de maneira eficaz. Considerando esse déficit no ensino de línguas estrangeiras na educação básica e diante da necessidade da competência comunicativa em língua estrangeira no processo de internacionalização, a Universidade Federal Fluminense (UFF) adotou duas políticas linguísticas universitárias para o ensino de línguas estrangeiras no espaço acadêmico: o Programa de Universalização das Línguas Estrangeiras (PULE) e o Inglês sem Fronteiras (IsF). O propósito desse trabalho é avaliar o impacto dessas políticas linguísticas universitárias implementadas para a promoção do ensino de línguas estrangeiras universidade pública considerando processo internacionalização. Para isso, nos amparamos nos conceitos de política linguística (CALVET, 2007; COOPER, 1997; GRIN, 2002), internacionalização (KNIGHT, 2002) e competência comunicativa (HYMES, 1972). A presente pesquisa está em andamento, desta forma serão apresentados neste trabalho os resultados parciais.

PALAVRAS-CHAVE: Competência comunicativa, internacionalização, ensino de línguas estrangeiras, políticas linguísticas.

Introdução

Os efeitos da globalização exerceram grande impacto nas relações sociais, na difusão do conhecimento e no aumento do contato entre línguas e culturas. Nesse cenário, as línguas adquiriram novas funções e o conhecimento de línguas estrangeiras tornou-se uma necessidade ainda mais evidente, a fim de se estabelecer uma interação, virtual ou presencial, além das fronteiras.

No Brasil, as políticas linguísticas vigentes reconhecem a importância de ter competência comunicativa em línguas estrangeiras e garantem o ensino de línguas na educação básica. Apesar das políticas linguísticas assegurarem o ensino de línguas, o mesmo nem sempre ocorre de maneira eficaz em razão de uma combinação de fatores, entre eles: carga horária reduzida, pouca exposição à língua estrangeira e ausência de infraestrutura adequada para o ensino de línguas (PEREIRA, 2006).

Com o ensino de línguas estrangeiras nem sempre ocorrendo de forma adequada na educação básica, o discente, por muitas vezes, ingressa na universidade sem ter competência comunicativa em língua estrangeira. Ciente dessa problemática e diante do processo de internacionalização do ensino superior, a Universidade Federal Fluminense (UFF) adotou ações de políticas linguísticas para a promoção do ensino de línguas como forma de promover o ensino de línguas estrangeiras no espaço acadêmico. O objetivo desse artigo é apresentar essas duas ações de políticas linguísticas adotadas pela UFF.

Cabe aqui mencionar que o presente estudo insere-se na Linha 3 de pesquisa denominada: História, política e contato linguístico, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, tendo em vista que a presente pesquisa considera os estudos sobre políticas linguísticas e ensino de línguas estrangeiras.

As políticas linguísticas para o ensino de línguas estrangeiras no Brasil

A política linguística é uma disciplina que nasceu na segunda metade do século XX e, segundo Calvet (2007, p.11) é definida como a "determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade". As políticas linguísticas podem ser formuladas por qualquer grupo de pessoas da sociedade, porém para que essas políticas linguísticas sejam postas em prática é necessário à ação do Estado, pois apenas o Estado tem o poder e os meios para passar ao estágio do planejamento linguístico (CALVET,

2007). Com base nessa informação, o planejamento linguístico pode ser definido como o ato de por em prática uma dada política linguística.

O planejamento linguístico é dividido em duas categorias: o planejamento do *corpus* e o planejamento do *status*. O planejamento do *corpus* se refere às intervenções na forma da língua, enquanto o planejamento do *status* se refere às intervenções nas funções da língua, seu *status* social e suas relações com as outras línguas. A despeito da distinção entre os planejamentos linguísticos, Savedra e Lagares (2012) afirmam que a essa distinção contribuiu para a expansão do campo de estudos da política linguística, afastando-se de abordagens mais instrumentais.

No que concerne à planificação linguística, Cooper (1997) postula que não há uma definição única e amplamente reconhecida deste termo. Para o autor, a planificação linguística é a atividade de preparar uma ortografia, uma gramática e um dicionário para orientar a sociedade de uma comunidade heterogênea de falantes. O autor divide a planificação linguística em duas categorias: a formal e a funcional.

A planificação formal consiste na criação de novas formas e modificação de formas existentes, como por exemplo, a reforma ortográfica ou a adoção de um novo sistema de escrita. A planificação funcional é a alocação de línguas ou de variedades linguísticas para funções específicas, como por exemplo, meio de instrução, idioma oficial e veículo de comunicação em massa (COOPER, 1997, p. 44).

Calvet (2007) ressalta que para as políticas linguísticas tenham sucesso é necessário que elas estejam dialogando com as crenças da população, para que assim elas possam ser de fato executadas. Ademais, a política linguística é uma prática política que está relacionada à intervenção sobre as situações que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas (CALVET, 2007).

No Brasil, o ensino de línguas estrangeira é norteado por algumas políticas linguísticas, a saber: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Os PCN são divididos em dois ciclos voltados para o ensino de línguas estrangeiras, um dos ciclos contempla o ensino fundamental e o outro o ensino médio. Segundo os PCN, a aprendizagem de uma língua estrangeira é direito de todo cidadão conforme é estipulado pela LDB e pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (CIEMEN)

e pelo PEN-Club Internacional. Com base nessas informações, ofertar o ensino de línguas estrangeiras é uma obrigação das instituições de ensino e não faz parte de uma atividade extracurricular (BRASIL, 1998).

O PCN destaca o monopólio linguístico da língua inglesa instaurado nas escolas e se posiciona contra mencionando o inglês não deve ser a única língua estrangeira a ser ensinada no espaço escolar. Ademais, os PCN acrescentam que é necessário adaptar a oferta da língua estrangeira conforme as necessidades das comunidades escolares, e cita, como exemplo, determinadas áreas do Rio Grande do Sul, que em função das colônias presentes no local, talvez seja mais proveitoso oferecer o ensino de italiano e alemão.

Em 2006, com o propósito de atualizar as discussões acerca da educação brasileira, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). As OCEM abordam todos com componentes curriculares do ensino médio. No que tange ao ensino de língua estrangeira, as OCEM destacam as habilidades comunicativas a serem trabalhadas ao longo do ensino médio, como é ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 1: Competências comunicativas a serem desenvolvidas conforme a OCEM

Primeiro ano do Ensino Médio	✓ Leitura ✓ Comunicação oral ✓ Prática escrita
Segundo ano do Ensino Médio	✓ Leitura ✓ Comunicação oral ✓ Prática escrita
Terceiro ano do Ensino Médio	✓ Leitura ✓ Comunicação oral ✓ Prática escrita

Fonte: OCEM

As OCEM destacam que cabe a cada escolar avaliar o que deve ser trabalhado ao longo do ensino médio levando em consideração suas peculiaridades. Além disso, esse documento destaca que o ensino da habilidade de leitura deve ser feito de modo continuo e prevê que no último ano do ensino médio o ensino desta habilidade seja feito de modo mais intensivo, pois os alunos precisarão dominar essa habilidade devido aos exames de vestibulares.

Em 2016, a LDB sofreu algumas modificações e uma dessas modificações atinge diretamente o campo de ensino de línguas estrangeiras na educação básica. Com a

reforma da LDB, o ensino da língua inglesa passa a ser obrigatório na educação básica e as instituições de ensino poderão ofertar opcionalmente o ensino de uma segunda língua, sendo preferencialmente o espanhol.

Convergindo com a reforma da LDB, no primeiro semestre de 2017 foi lançada a terceira versão da BNCC que prevê o ensino apenas da língua inglesa no espaço escolar, excluindo assim, mais uma vez, as outras línguas estrangeiras do currículo da educação básica. A despeito disso, reconhecemos que ensino da língua inglesa é importante para a formação do aluno, porém não concordamos com uma política linguística que exclua o ensino das outras línguas estrangeiras. Concordamos com Grin (2005) que salienta em seus estudos que não se deve apenas incentivar o ensino do inglês, pois quanto mais línguas estrangeiras o estudante souber mais ele poderá se destacar.

O processo de internacionalização do ensino superior e a competência comunicativa em línguas estrangeiras

A internacionalização pode ser definida como um processo de integração internacional e cultural, da pesquisa, das funções e serviços oferecidos pela instituição de ensino (KNIGHT, 2008). Nesse sentido, o processo de internacionalização pode ser compreendido como um conjunto de ações que tem como propósito internacionaliza o ensino superior. Entre essas ações, podemos destacar: os programas de mobilidade acadêmica de professores e alunos, a oferta de disciplinas ministradas em inglês nos programas de pós-graduação, redes internacionais de associações, projetos e pesquisas e a importância de aprendizagem de línguas estrangeiras.

Ao abordar a temática da internacionalização, não podemos deixar de mencionar a globalização. A globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviço e tecnologias. Ao passo que a internacionalização prioriza o relacionamento entre os povos, culturas, instituições e sistema (KNIGHT, 2012, p.65).

Segundo Knight (2012), a globalização ao remeter uma ideia de "fluxo mundial" que na maioria das vezes é baseada no comércio e na competitividade, influenciou tanto positivamente quanto negativamente a internacionalização do ensino. Knight (2010) menciona que vários países estão investindo em campanhas de *marketing* para atrair os melhores profissionais a trabalhar em suas instituições com o objetivo de aumentar o

"poder del cerebro" de suas instituições. Com isso, o propósito original de ajudar os estudantes pertencentes a países em desenvolvimento a estudar em outro país para completar um curso e retornar ao seu país vem desaparecendo e gerando assim uma competição entre as instituições para reter os recursos humanos necessários.

Como fator positivo, Altbach e Knight (2006) afirmam que a globalização proporcionou a integração da pesquisa, o uso da língua inglesa como língua franca para a comunicação científica, aumento do mercado internacional para estudiosos e cientistas, expansão das empresas de comunicação e o uso das tecnologias da informação. E os autores destacam que esses fatores contribuem de modo que facilita a comunicação, a disseminação do conhecimento e permitem que instituições ofertem programas acadêmicos através do *e-learning*.

Knight (2012) afirma que a internacionalização pode ajudar no desenvolvimento do conhecimento, habilidades e valores internacionais e interculturais entre os estudantes através das melhorias no processo de ensino-aprendizado, da mobilidade acadêmica e de um currículo que abarque elementos internacionais e interculturais. A autora destaca que o propósito da internacionalização não é um currículo mais internacionalizado e nem um aumento na mobilidade acadêmica por si, mas sim, proporcionar que os alunos estejam mais preparados para viver e trabalhar em um mundo mais interconectado.

No que concerne à relação internacionalização e linguagem, Knight (2011) afirma que as instituições que ofertam dupla certificação, geralmente oferecem seus cursos em suas línguas maternas e em alguns casos, em inglês. Com isso, os cursos podem ser oferecidos em mais de duas línguas dependendo da quantidade de instituições parceiras. A autora destaca também que os estudantes para participar destes programas precisam ser pelo menos bilíngues, geralmente em sua língua materna e em inglês.

Diante desse cenário, ter competência comunicativa em línguas estrangeiras é um fator essencial. O termo competência foi inserido na linguística na década de 50 através de Chomsky. Para Chomsky a competência é um sistema de regras que cada falante possui interiorizado que o possibilita produzir infinitas sentenças, enquanto que desempenho é a manifestação do sistema linguístico, ou seja, é o uso da língua (KENEDY, 2008).

Com surgimento da sociolinguística, uma das correntes teóricas que se preocupa com a relação entre os fatores linguísticos e socioculturais, críticas foram aparecendo a esses conceitos propostos por Chomsky. A despeito disso, Oliveira (2007) afirma que a reação à perspectiva estruturalista de língua teve o pontapé inicial a partir dos estudos do

sociolinguista Dell Hymes. Para Hymes a realidade linguística de qualquer sujeito que seja ouvinte e falante engloba as relações socioculturais, estados emocionais e psicológicos. Com base nessa informação, os estudos de Hymes apontam que o desempenho não deve ser considerado uma representação imperfeita da competência e que a competência não deve ser vista como conhecimento exclusivamente gramatical.

Oliveira (2007) explica que de acordo com os estudos de Hymes excluir da análise linguística elementos pragmáticos e semânticos expressa estudar uma parte do fenômeno linguístico. O autor ressalta também que Hymes utiliza o termo "competência comunicativa" para se referir à habilidade de se usar o conhecimento linguístico e não apenas ao conhecimento gramatical em si.

O nível de competência comunicativa é verificado através dos testes de proficiência linguística que é baseado no Quadro Europeu Comum de Referencia para Línguas (doravante QECRL). Esse quadro funciona como um tipo de parâmetro que descreve os objetivos a serem atingidos pelos alunos de línguas estrangeiras.

Para o QECRL a competência comunicativa abarca diferentes componentes, a saber: linguística, sociolinguística e pragmática. A competência linguística seria os conhecimentos e as capacidades lexicais, fonológicas e sintáticas que o indivíduo possui independente do valor sociolinguístico e das funções pragmáticas e suas devidas realizações. As competências sociolinguísticas dizem respeito às condições socioculturais do uso da língua. Por último, as competências pragmáticas referem-se ao uso funcional dos recursos linguísticos, abrange também o domínio do discurso, da coesão e da coerência, à identificação de tipos e forma de textos (QECRL, 2001, p.34).

Ações de políticas linguísticas adotadas pela Universidade Federal Fluminense

No tocante ao processo de internacionalização, a UFF possui um setor intitulado de Superintendência de Relações Internacionais (doravante SRI) que tem por objetivo desenvolver e estimular as políticas de internacionalização para a universidade. As políticas visando à internacionalização da universidade vão desde o estabelecimento de convênios de cooperação com universidades e entidades estrangeiras à gestão de mobilidade de alunos da UFF para universidades estrangeiras e de alunos estrangeiros para a UFF.

Diante do processo de internacionalização do ensino superior e ciente do déficit da educação básica, a UFF adotou duas ações de políticas linguísticas para a promoção

do ensino de línguas estrangeiras no espaço acadêmico, a saber: o Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras (PULE) e o Idiomas sem Fronteiras (IsF).

O PULE foi criado em 2012 com o objetivo de proporcionar o ensino de idiomas aos alunos da UFF. Segundo o sitio eletrônico da UFF, o PULE é constituído pela Superintendência de Relações Internacionais (SRI), em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), Fundação Euclides da Cunha (FEC), Instituto de Letras (EGL) e o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (GLE). Além desses parceiros, o PULE conta também com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e da Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

O PULE visa atender às demandas de aprendizagem de línguas estrangeiras possibilitando aos alunos da UFF a oportunidade de aprender um idioma contribuindo assim para a formação dos estudantes e para o processo de internacionalização da Universidade. Ademais, o PULE contribui para a formação docente dos licenciando dos cursos de Letras/LE da UFF, visto que os professores do PULE são estudantes dos últimos anos da graduação. Cabe aqui salientar que o PULE é um curso gratuito e suas aulas são presenciais.

O PULE oferta aula de alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, rumo e chinês (em parceria com o Instituto Confúcio), na sede UFF Niterói, e nos campi do interior (Rio das Ostras, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes e Macaé) é ofertado o curso de língua inglesa. Cabe aqui destacar que o PULE oferece o material didático para os estudantes em regime de comodato e que a seleção dos alunos é feita semestralmente através de edital publicado no site da universidade.

O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) é promovido pelo Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Conforme explicitado no site do IsF, este programa foi implementado com o objetivo de proporcionar oportunidades de aprendizagem de línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica como suporte ao processo de internacionalização das universidades brasileiras.

O IsF disponibiliza cursos a distância e cursos presenciais, além da aplicação de testes de proficiência. O público alvo são alunos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* de instituições de ensino superior, públicas e privadas e servidores públicos de universidades e institutos federais de ensino. O IsF disponibiliza o aprendizado de seis

LEs diferentes, a saber: francês, espanhol, inglês, italiano, alemão e japonês. Contudo, atualmente, na UFF é disponibilizado apenas o curso de inglês¹.

O Inglês sem Fronteiras contém duas modalidades de ensino: presencial e a distância. A plataforma de ensino a distância é denominada MEO (*My English Online*) e foi elaborada pelo setor educacional da *National Geographic Learning* em parceria com a CENGAGE *Learning*. Essa modalidade de ensino enfatiza o desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral e gramática. No que tange a modalidade presencial, o curso presencial é oferecido em núcleos em universidade federais, com carga horária de 4 horas semanais, e tem por objetivo o desenvolvimento da comunicação oral escrita, além de promover o conhecimento das culturas acadêmicas em países onde se usa o inglês.

Cabe aqui ressaltar que este programa possui convênio com a *Mastertest*² e possibilita aos estudantes e profissionais a realização do TOEFL ITP³ como teste de nivelamento e/ou exame de proficiência em língua inglesa sendo disponibilizado gratuitamente. Ademais, ressaltamos que assim como o PULE, o IsF é um curso gratuito.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho evocando a atual necessidade de ter competência comunicativa em línguas estrangeiras no mundo globalizado em que vivemos e também destacamos que as políticas linguísticas para o ensino de línguas na educação básica garantem o ensino de língua estrangeira, porém o mesmo nem sempre ocorre de maneira eficaz.

Tendo em vista que o ensino de línguas estrangeiras na educação básica nem sempre ocorre de maneira eficaz, podemos afirmar que muitas vezes os alunos ingressam na universidade sem ter competência comunicativa em pelo menos uma língua estrangeira.

¹ Cabe aqui mencionar que em 2017.2 está sendo implementado o programa Francês sem Fronteiras na UFF.

² A *Mastertest* é a empresa brasileira distribuidora exclusiva dos exames TOEIC e TOEFL ITP.

³ TOEFL ITP significa *Test of English as a Foreign Laguage – Institutional Testing Program* (Teste de inglês como Língua Estrangeira- Programa de Avaliação Institucional). O propósito deste teste é avaliar o nível de proficiência na língua inglesa em contextos acadêmicos.

Visando sanar essa lacuna e diante do processo de internacionalização do ensino superior, a UFF adotou duas ações de políticas linguísticas para a promoção do ensino de línguas estrangeiras no âmbito acadêmico: o PULE e o IsF.

Por fim, reforçamos que para que haja uma real promoção do plurilinguísmo é necessário que as políticas linguísticas voltadas para o ensino de línguas na educação básica passem por reformulações para que assim, sejam ofertadas e trabalhadas, todas as línguas estrangeiras, e não apenas a língua inglesa, durante os anos de escolarização.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G., KNIGHT, J. Visión panoramic de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. *Perfiles educativos*. vol. XXVIII, núm. 112, pp. 13-39, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e tecnológica. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*. Brasília, DF, 1996.

Ministério da Educação, Secretaria d	da Educação Média tecnológica. Parâmetros
<u>curricu</u> lares nacionais: ensino fundamental ((PCN). Brasília, DF, 1998.

_____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio (PCN)*. Brasília, DF, 2000.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. OCEM/06. Conhecimentos de Espanhol. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério de Educação, 2006, p.127-164.

_____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média tecnológica *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2016.

CALVET, L. J. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COOPER, R. L. *La planification linguística y el cambio social*. Traduzido para o espanhol por José M. Perazzo. Cambridge University Press, 1997.

GRIN, F. *O ensino das línguas estrangeiras como política pública*. Relatório encomendado pelo Haut Conseil de l'Évaluation de l'École. Paris, 2005. Disponível em:<(http://lingvo.org/grin/raporto grin pt.pdf)> Acesso em: 20 fev.2017.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M.E.T. (Org.). In.: *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010, v. 1, p. 127-140.

KNIGHT, J. Internacionalización de la Educación Superior: Nuevos desarrollos y Consecuencias no intencionadas. *Boletin Iesalc informa de educacion superior*-UNESCO. N211, 2010.

. Five myths about internationalization. *International Higher Education*, Number 62, 2011.

_____. Cinco verdades a respeito da internacionalização. *Revista Ensino Superior* UNICAMP. 2012. Disponível em: < https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 20 fev.2017.

OLIVEIRA, L. A. O conceito de competência no ensino de línguas estrangeiras. *Revista Sitientibus*. Feira de Santana: n. 37, p.61-74, 2007.

PEREIRA. T.C.A.S. *O ensino de línguas estrangeiras como um fator de inclusão social: o desafio da francofonia no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS – Aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção: Perspectivas atuais/ educação, 2001. Disponivel em: < http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro_Europeu_total.pdf >. Acesso em: 20 fev.2017.

SAVEDRA, M. M. G; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, n32, v1, 2012.